

DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS

Objetivo Geral

Proporcionar ao participante o conhecimento e o entendimento dos princípios e normas que regem o Direito Penal Brasileiro expressos no Código Penal, capacitando-o a aplicá-los no exercício de suas funções.

Objetivos Específicos

- Conhecer os princípios fundamentais do direito penal brasileiro;
- Compreender a teoria do crime e a teoria da pena;
- Entender a aplicação da norma penal no tempo e no espaço;
- Compreender o conceito de ação e suas teorias;
- Conhecer as teorias da tipicidade;
- Entender a relação de causalidade;
- Identificar o concurso de pessoas nas espécies de crimes;
- Aplicar os conhecimentos de Direito Penal na realização das tarefas.

Metodologia

Aula expositiva, explanação de texto legal e estudo de casos.

Conteúdo Programático

- Princípios Constitucionais Penais:
 - Importância do tema para o direito penal moderno: limitação do *jus puniendi* estatal.
 - Princípio da legalidade:
 - definição;
 - origem histórica;
 - fundamento legal;
 - relação com a tipicidade, aspectos principais, formas de violações indiretas.
 - Princípio da intervenção mínima:
 - definição;
 - precedente histórico;
 - fundamento constitucional;
 - o "Direito Penal Simbólico" como consequência do uso desmedido das leis penais.
 - Princípios da lesividade, da bagatela e da adequação social: definição, fundamento legal e importância.
 - Princípio da culpabilidade:
 - definição;

- fundamento legal e importância.
- Princípio da humanidade:
 - definição;
 - fundamento legal;
 - influência nos momentos de cominação;
 - aplicação e execução da pena.
- Princípio da personalidade da pena:
 - definição;
 - fundamento legal e importância.
- Princípio da igualdade:
 - definição;
 - fundamento legal e importância.
- Normas Penais:
 - Definição e importância do tema;
 - Classificação;
 - Estrutura da norma penal;
 - Norma penal em branco: espécies;
 - Concurso (ou conflito) aparente de normas penais.
- Lei Penal no Tempo:
 - Teorias;
 - Princípios norteadores do conflito de leis no tempo;
 - Combinação de leis;
 - Questões controvertidas.
- Lei Penal no Espaço:
 - Teorias;
 - Princípios norteadores do conflito de leis no espaço;
 - Territorialidade e extraterritorialidade;
 - Questões controvertidas.
- Teoria da Conduta:
 - Conceito de ação: comportamento humano como base da teoria do delito;
 - Teoria causal da ação:
 - Teoria causal-naturalista da ação: definição, fundamento filosófico, definição de ação e omissão, características preponderantes;
 - Teoria causal-valorativa da ação: definição, fundamento filosófico, características preponderantes.
 - Teoria finalista da ação: definição, fundamento filosófico, estrutura da conduta finalista, características preponderantes, comparação com a teoria anterior;
 - Teoria social da ação: definição, fundamento, características preponderantes, comparação com as teorias causal e final;
 - Teorias funcionalistas:
 - Teoria personalista da ação:
 - base metodológica;
 - influência do pensamento de Claus Roxin.
 - Teoria da evitabilidade individual:
 - base metodológica;

- influência do pensamento de Jakobs.
- Ausência de ação:
 - coação física irresistível;
 - movimentos reflexos;
 - estados de inconsciência (a embriaguez letárgica, o caso fortuito e a força maior, controvérsias).
- Os sujeitos da conduta: sujeitos ativo e passivo;
- A pessoa jurídica como sujeito ativo.
- Tipo e Tipicidade:
 - Teoria do tipo:
 - Origem e definição;
 - Relação com a norma penal e com o bem jurídico: juízo de tipicidade formal e material.
 - Funções do tipo, elementos estruturais;
 - Importância do tema: diferença entre o objeto jurídico e objeto da ação;
 - Exclusão da tipicidade: o consentimento do ofendido; os princípios da lesividade, da adequação social e da insignificância; outras hipóteses de exclusão do tipo;
 - Consequências da tipicidade conglobante:
 - Esvaziamento dos conceitos do exercício regular do direito e do estrito cumprimento do dever legal;
 - O consentimento do ofendido, as intervenções cirúrgicas, as lesões desportivas, as atividades perigosas.
- A Relação de Causalidade:
 - Importância do tema: limitação à responsabilidade penal;
 - Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou *conditio sine qua non*: definição de causa, processo hipotético de eliminação, crítica à teoria, limitações legais e doutrinárias ao alcance da teoria;
 - Teoria da causalidade adequada: definição, características normativas, críticas; o artigo 13, § 1º do Código Penal Brasileiro;
 - Teoria da relevância jurídica: definição, características e alcance;
 - Problemas particulares da causalidade: a dupla causalidade e outras hipóteses.

Bibliografia Indicada

Código Penal atualizado.

Constituição da República Federativa do Brasil atualizada.

Carga horária: 18 horas

Atualização: 01/10/2010 Revisão: 00 Total de páginas: 03
--